

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
“INTERSETORIALIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA PRIMEIRA
INFÂNCIA”

Vitória, ES

2025

Sumário

1. Apresentação.....	3
2. Breve histórico.....	4
3. Introdução.....	4
BLOCO I.....	5
BLOCO II.....	6
1. Projeto Pedagógico do Curso.....	6
1.1 Apresentação e Justificativa.....	6
1.2 Objetivos do Curso.....	9
1.2.1 Objetivo geral:	9
1.2.2 Objetivos Específicos.....	9
2. Público alvo:	10
2.1 Perfil do Ingressante:	10
2.2 Perfil do Egresso:	10
2.3 Perfil de Competência:	11
3. Proposta Curricular	11
3.1 Componentes Curriculares.....	12
3.2 Processo Educacional:	14
4. Metodologias e Estratégias de Ensino-Aprendizagem.....	15
5. Avaliação.....	15
5.1 Avaliação Formativa e Somativa.....	15
5.2 Processos de Avaliação do Curso.....	16
5.3 Trabalho de Conclusão de Curso.....	17
6. Infraestrutura para a realização do curso.....	18
6.1 Infraestrutura física.....	18
6.2 Recursos materiais e tecnológicos para o desenvolvimento das atividades acadêmicas.....	18
6.3 Recursos tecnológicos para a gestão das atividades acadêmicas.....	18
6.4 Das atribuições docentes.....	18
6.5 Das atribuições da coordenação do curso.....	19
6.6 Dos demais atores envolvidos no processo educativo.....	19
BLOCO III.....	19
1. Processo Seletivo:	19
Referências.....	19

Quando vejo uma criança, ela me inspira dois sentimentos: ternura pelo que ela é, e respeito pelo que ela pode chegar a ser - Louis Pasteur

1. Apresentação

A fim de qualificar o trabalho dos profissionais que atuam em áreas estratégicas voltadas à Primeira Infância, esta pós-graduação lato sensu foi organizada com o propósito de contribuir para aprimorar os indicadores e o panorama das crianças desse segmento no Espírito Santo. Em consonância com os Planos Estaduais de Saúde, Educação e Assistência Social — e com as pautas consideradas essenciais na rede de cuidado e atenção à Primeira Infância —, o curso foi concebido de forma intersetorial e multidisciplinar, buscando criar estratégias integradas e fortalecer práticas que promovam o desenvolvimento integral das crianças, em suas dimensões física, emocional, cognitiva, afetiva e social.

Parte-se do princípio de que investir na Primeira Infância é uma ação estratégica para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, capaz de reduzir, a longo prazo, os índices de pobreza e violência.

Com a realização deste curso, pretende-se qualificar os profissionais que atuam diretamente com a Primeira Infância nos diversos municípios capixabas, aprimorar as práticas intersetoriais nos territórios e contribuir, a médio prazo, para a melhoria de indicadores como redução da violência, fortalecimento da atenção primária à saúde, diminuição da mortalidade infantil, ampliação da cobertura vacinal e aumento do acesso à educação infantil, entre outros aspectos relevantes à qualidade de vida das crianças.

O objetivo central é formar profissionais de nível superior para que possam aperfeiçoar suas práticas de cuidado e atenção à Primeira Infância, considerando as múltiplas dimensões e recortes que atravessam o desenvolvimento infantil, como raça, gênero, neurodivergência, etnia, classe social e território. Reconhece-se, assim, que o trabalho com a criança envolve toda a sua rede de cuidado e convivência, em consonância com o provérbio africano que afirma ser “preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”.

**Grupo de Trabalho responsável
pela elaboração deste Curso de Pós Graduação Lato Sensu..**

2. Breve histórico

O ICEPI foi criado em 2019 pela Lei estadual n. 909 (2019), a fim de modernizar administrativamente a Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo (SESA-ES) e viabilizar a implementação de projetos estratégicos para a qualificação do Sistema Único de Saúde (SUS) capixaba, atuando nas áreas de ensino, pesquisa e inovação em saúde.

Desde então, o ICEPI tem atuado na promoção da qualificação da gestão do trabalho e da Educação Permanente em Saúde, promovendo cursos de capacitação, aperfeiçoamento, Residência em Saúde (modalidade uniprofissional, multiprofissional e médica) e pós-graduação *lato sensu*.

Esses cursos são direcionados às trabalhadoras e aos trabalhadores do SUS capixaba e têm como característica a integração ensino-serviço-comunidade, ocorrendo de forma descentralizada e em parceria com as áreas técnicas da SESA e do Ministério da Saúde, bem como os municípios e demais instituições de ensino do Estado.

Para alcançar o proposto, foi instituído o Programa de Práticas Gerenciais Aplicadas à Educação em Saúde - PGAES, por meio da Portaria ICEPI nº 001-R, de 06 de janeiro 2022, com o objetivo principal de desenvolver processos, produtos, serviços e práticas que apoiem a elaboração de projetos estruturantes no ICEPI, atuando de maneira intergerencial e transversal na área de ensino. Assim, no transcorrer de 2024, após a experimentação de diversos processos formativos, os membros do PGAES propuseram um Manual para elaboração de PPC para a pós-graduação *lato sensu* e a elaboração de cursos para profissionais de nível superior no ICEPI.

3. Introdução

A Primeira Infância (0 a 6 anos) é um período estratégico de investimento para impulsionar o desenvolvimento humano integral. Para construir uma sociedade mais justa e igualitária, é importante fortalecer a base, que são as crianças. É o que afirma Dimitri Christakis, se mudarmos o começo da história, mudamos a história toda. Esta especialização é uma oportunidade de contribuir para o processo de formação continuada dos/as profissionais dos serviços que atendem o público da Primeira Infância, para capacitar e ampliar o conhecimento técnico, buscando o melhor caminho para contribuir com o desenvolvimento

integral das crianças de 0 a 6 anos e criar estratégias de proteção e mitigação de riscos a esse segmento.

Essa pós-graduação surge da preocupação com o panorama das crianças capixabas e do compromisso com essa etapa da vida humana, considerada importante e decisiva para a formação de sujeitos plenos. A proposta é qualificar os/as profissionais para atuarem de maneira integrada nas políticas públicas pela Primeira Infância, fortalecendo a intersetorialidade entre as diversas áreas.

Por meio de uma abordagem interdisciplinar, participativa e crítica, a especialização busca capacitar ainda mais os/as técnicos/as e gestores/as para planejar, executar, monitorar e avaliar políticas públicas e programas intersetoriais, com base em evidências, escuta qualificada e com foco nas diversas crianças, respeitando suas particularidades e com a perspectiva da equidade.

BLOCO I

- **Denominação:** Pós Graduação Lato Sensu “Intersetorialidade para o Desenvolvimento Integral da Primeira Infância”
- **Origem do Curso:** SETADES/SUBAPI
- **Data de início da primeira oferta:** Março/2026
- **Periodicidade da oferta:** Anual
- **Número de vagas:** 110
- **Coordenação:** Karlla Cristina Gaiba Rebuli
- **Coordenação adjunta:** Elaine de Oliveira Leppaus
- **Área de Conhecimento:** Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas.
- **Subárea de Conhecimento:** Saúde Materno-Infantil; Saúde Coletiva; Assistência Social e Educação.
- **Carga horária total:** 360 horas
- **Duração total em meses:** 16 meses

BLOCO II

1. Projeto Pedagógico do Curso

1.1 Apresentação e Justificativa

A primeira infância – período que compreende os primeiros seis anos de vida – é reconhecida como uma fase determinante para o desenvolvimento humano. Diversas pesquisas nas áreas da neurociência, psicologia, educação e saúde (Vygotsky, 1991; Wallon, 1968; Heckman, 2009; Pikler, 2001; Patrício e Minayo, 2000) demonstram que os estímulos recebidos nessa fase têm impactos profundos e duradouros no bem-estar, nas competências cognitivas, emocionais e sociais dos indivíduos ao longo da vida. A importância do ambiente saudável para o desenvolvimento integral da criança – desenvolver-se nos aspectos físico, emocional, psicológico, social, cognitivo – passa a ocupar uma posição de centralidade nas pesquisas e estudos sobre a Primeira Infância (Patrício e Minayo, 2020).

Os estudos mostraram que a qualidade das interações entre adultos – sobretudo os familiares – com as crianças influencia diretamente na forma como este segmento etário irá se desenvolver, daí a importância de um ambiente afetivo e saudável. Já é consenso entre os/as pesquisadores/as da infância a relevância de um ambiente afetivo e sensível às necessidades do bebê para que seu potencial se atualize e se desenvolva (Zornig, 2010, p. 16, apud Patrício e Minayo, 2020, p. 269).

As pesquisadoras Linhares e Altafim (2025) apresentam os perigos de um ambiente marcado por adversidades, maus-tratos e disfunções familiares, fatores que as autoras chamam de “experiências adversas na infância” e que ameaçam a trajetória de desenvolvimento saudável e pleno. A violência emocional e física presente no ambiente intrafamiliar impacta negativamente a vida de crianças e deixam marcas que elas carregam para a vida adulta (Henriques; Dutra-Thomé, Rosa, 2022). Sintomas como ansiedade, depressão, problemas psicossomáticos entre outros são percebidos em crianças que vivem em ambientes com estressores tóxicos e que passam por experiências adversas.

No Espírito Santo, do total de pessoas, 8,8% são crianças da Primeira Infância, ou 340.285 em números absolutos (Censo, 2022). Dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN mostram que desde 2020 vem ocorrendo um aumento linear crescente

das notificações de casos de violência contra crianças de 0 a 4 anos. De 2020 a 2023, as notificações aumentaram em 361,6% (302 casos em 2020 e 1.393 em 2023). Neste cenário, urge fortalecer a parentalidade, que segundo Linhares e Altafim (2022) é uma estratégia para quebrar o ciclo intergeracional das violências e diminuir os contextos das experiências adversas na infância. Cabe também munir os/as profissionais que atuam diretamente com a Primeira Infância de capacitação e informações atualizadas para que eles/elas possam trabalhar esse fortalecimento e ter ferramentas para lidar com crianças vítimas das diversas violências.

Por isso, promover ações que valorizem e garantam os direitos das crianças na primeira infância é uma responsabilidade coletiva e estratégica para o desenvolvimento sustentável da sociedade. Neste contexto, esta Pós-Graduação é estratégica no sentido de municiar e capacitar profissionais que atuam diretamente com a Primeira Infância, contribuindo para uma qualificação voltada para a atenção e o cuidado com as crianças deste segmento, valorizando e garantindo seus direitos, entendendo que esta é uma fase estratégica para o investimento, o que contribui significativamente para a redução das desigualdades, para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e para a construção de uma sociedade mais justa, saudável e equitativa.

Esta especialização foi construída de modo a contemplar as três áreas estratégicas no atendimento à Primeira Infância: Saúde, Educação e Assistência Social. Estratégica no sentido de atuar de forma mais direta e acompanhada, uma vez que as crianças pertencem ao município e são transversais a todas as pautas, que são também de grande importância. Encontra-se de acordo com as diretrizes expressas no Plano Estadual de Saúde, sobretudo na diretriz 2 que pretende incorporar e implementar o uso de novas tecnologias, práticas e pesquisas para qualificar a gestão do trabalho, educação e inovação no SUS/ES, através do fortalecimento dos processos formativos e educacionais em saúde contextualizados com as demandas territoriais além de promover o desenvolvimento científico e tecnológico do SUS, fomentando a pesquisa, a inovação e a integração do ensino, serviço e comunidade. Levando em consideração, além dos pontos citados, a importância e necessidade do Programa Saúde na Escola (PSE), que como consta no Plano Estadual de Saúde, houve a adesão de 100% dos municípios capixabas, mostrando o comprometimento com a integração entre saúde e educação.

Outro ponto de atenção foi em relação à Rede de Atenção à Saúde Materno Infantil - RAMI, que tem alguns objetivos, entre eles, a melhora de indicadores de mortalidade materna

infantil e a expansão e melhoria do atendimento das gestantes. Portanto, foi elaborado um componente curricular exclusivamente voltado para a importância do cuidado com a gestante.

Nesse sentido, em relação às metas preconizadas no Plano Estadual de Saúde (2024-2027), a pós-graduação Intersetorial para o Desenvolvimento Integral da Primeira Infância pode contribuir sobretudo para a qualificação de um trabalho focado na redução da taxa de mortalidade infantil, aumento da realização de 7 ou mais consultas de pré-natal, formar agentes trabalhadores/as, entre outras metas que serão contempladas de forma indireta. Também busca contemplar o Plano Estadual de Enfrentamento da Sífilis Congênita, elaborado pela Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo com apoio do COSEMS, o qual foi publicado em 2024 e busca reduzir o número de casos em gestantes e suas crianças, assim como na sociedade em geral.

Já em relação ao Plano Estadual de Educação (2015-2025), esta especialização contribui para a melhoria da qualidade da educação, uma vez que se propõe a qualificar e formar profissionais desta área, além de colaborar para o alcance da meta 1, de universalizar a educação infantil e ampliar em pelo menos 50% das crianças de 0 a 3 matriculadas na etapa da creche. Além disso, promove a valorização dos/as profissionais da educação ao oferecer a formação desses/as trabalhadores/as.

Em consonância com o Plano Estadual de Assistência Social (2024-2027) a contribuição vai no sentido de fortalecer as equipes que atuam nos equipamentos de assistência nos diversos municípios, entre outras metas que serão contempladas de forma direta ou indireta.

Também em consonância com as competências e finalidades do ICEPI, que concebe a educação permanente (artigo 2º, inciso II) e o desenvolvimento de programas de capacitação, formação profissional, aperfeiçoamento, residências médicas e multiprofissionais e de pós-graduação (artigo 3º, inciso III), esta especialização busca oferecer uma formação interdisciplinar que aborda fundamentos teóricos, legais, práticos e metodológicos da intersectorialidade aplicada à Primeira Infância, com vistas a contribuir para a promoção o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 6 anos.

Sua execução vai ao encontro do que é previsto no Plano Estadual pela Primeira Infância - PEPI, instituído em 2022, o qual destaca como princípio a promoção do desenvolvimento integral e integrado de suas potencialidades, considerando todas as especificidades da criança, desde o período gestacional (II). Além disso, contribui com metas como: estimular a

articulação intersetorial dos programas, projetos e ações para o atendimento integral na primeira infância até 2032; Implementar Plano de Formação Continuada e Educação Permanente Intersetorial, para gestores/as municipais da saúde, educação, assistência social, multiplicadores/as, supervisores/as e, visitadores/as e coordenadores/as dos comitês municipais intersetoriais, Programa Criança Feliz e CRAS que atuam na Primeira Infância até 2032; Implantar formação continuada de gestores e profissionais da Assistência, Saúde e Educação – FOCO com a temática da Primeira Infância até 2025, entre outras metas.

1.2 Objetivos do Curso

1.2.1 Objetivo geral:

Formar especialistas nas áreas da Saúde, Assistência Social e Educação, que atuam com crianças na Primeira Infância, comprometidos com o desenvolvimento integral das crianças na Primeira Infância, visando o fortalecimento de práticas intersetoriais e interdisciplinares para a promoção, proteção e defesa dos direitos desse público.

1.2.2 Objetivos Específicos

1. Compreender o conceito de Primeira Infância;
2. Identificar a importância do cuidado na Primeira Infância;
3. Caracterizar os fundamentos do desenvolvimento integral infantil na Primeira Infância;
4. Entender os impactos das experiências adversas no desenvolvimento da Primeira Infância;
5. Conhecer as estratégias para viabilizar um ambiente propício e saudável para o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 anos: atenção e cuidados necessários na Primeira Infância;
6. Compreender o conceito de intersetorialidade;

7. Identificar como a intersetorialidade acontece na prática;
8. Conhecer o conceito de diversas infâncias;
9. Perceber a importância do olhar para a diversas infâncias;
10. Analisar o arranjo legal da Primeira Infância;
11. Desenvolver habilidades para planejar, executar e avaliar ações intersetoriais para a Primeira Infância.

2. Público alvo:

Poderão participar do curso profissionais técnicos/as e gestores/as de nível superior, servidores/as em exercício, vinculados/as aos municípios do Estado do Espírito Santo e que atuem diretamente nas políticas voltadas à Primeira Infância, nas áreas de Saúde, Assistência Social e Educação, que atendam os requisitos dos editais de chamamento público e participarem de um processo seletivo simplificado para ingresso no curso.

2.1 Perfil do Ingressante:

Profissionais com formação superior em cursos nas áreas da Saúde, Assistência Social e Educação, vinculados/as aos municípios do Estado do Espírito Santo. Necessário conhecimento de atendimento a crianças na rede socioassistencial, e/ou na atenção básica em saúde ou atuar com essa faixa etária na área da educação. Estar dentro dos critérios estabelecidos no edital de ingresso ao curso.

2.2 Perfil do Egresso:

O egresso do Curso de Especialização “Intersetorialidade para o Desenvolvimento Integral da Primeira Infância” será um profissional capaz de compreender a importância da intersetorialidade na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas voltadas à infância, reconhecendo o papel estratégico da primeira infância como etapa fundamental do desenvolvimento humano. Terá domínio conceitual e prático sobre as particularidades dessa fase do ciclo de vida, sob uma perspectiva biopsicossocial, sistêmica e territorializada, compreendendo a criança como sujeito de direitos inserido em contextos familiares, comunitários e institucionais diversos.

Estará apto a atuar de forma crítica, reflexiva e propositiva na elaboração e execução de ações intersetoriais, articulando saberes e práticas das áreas da saúde, educação, assistência social e direitos humanos. Também será capaz de reconhecer e intervir nos desafios do atendimento na burocracia de rua, contribuindo para a efetivação de políticas públicas integradas e para a promoção do desenvolvimento integral das crianças na primeira infância.

2.3 Perfil de Competência:

Espera-se que o profissional desenvolva habilidades e conhecimentos para uma atuação intersetorial, para se ter uma visão integral da criança e suas particularidades identitárias com uma postura crítica e analítica, com um comprometimento com a Justiça Social.

3. Proposta Curricular

O currículo integrado organiza o conhecimento e desenvolve os processos de ensino-aprendizagem de forma que os conceitos sejam apreendidos como sistemas de relações de uma totalidade concreta que se pretende explicar/compreender (Gadotti, 1995). O currículo integrado orientado por competência corresponde a uma organização institucional que tem a prática como eixo central.

A partir dessa organização, planejamos as ações para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de forma articulada e contextualizada. O conteúdo é construído a partir da prática e de metodologias pedagógicas centradas na/o discente, dentre elas a aprendizagem baseada em problemas. Dessa forma, a/o discente se torna protagonista de sua própria aprendizagem, desenvolvendo capacidades como autonomia, colaboração e pensamento crítico. A aprendizagem torna-se mais significativa e a/o discente é capaz de conhecer mais profundamente os processos de ensino-aprendizagem, aplicando os conhecimentos adquiridos em situações reais.

Para Lima (2005), a construção de currículos e programas educacionais orientados por competência seleciona os conteúdos legítimos e relevantes para a formação e define seus processos pedagógicos para o desenvolvimento prioritário de:

- Tarefas e resultados (fazer), fundamentados por um modelo comportamental da Educação e da Psicologia;
- Atributos, fortemente centrados no conhecimento (saber), uma vez que quem sabe ou conhece é capaz de fazer;
- Prática profissional em diferentes contextos, a partir de uma combinação de atributos empregados para a realização de ações, segundo padrões de excelência socialmente construídos.

3.1 Componentes Curriculares

Quadro 1: Organização Curricular – Unidades Educacionais, Componente Educacional, Carga horária presencial e de Atividades autodirigidas

Unidade Educacional (UE)	Componente Educacional	Carga Horária	
		Presencial	Atividades autodirigidas
Concepção Teórica	1.Arranjo legal da Primeira Infância (Aula inaugural)	8h	-
	2.Políticas Públicas para a Primeira Infância baseadas em evidências	16h	2h
	3.Rede de proteção e os fluxos de atendimento para a Primeira Infância	16h	2h
Carga Horária Total da UE 01: 44h			
	4.O cuidado pré-nascimento: a importância da atenção à gestante	24h	4h

Tempo de Nascer	5. Alimentação saudável na Primeira Infância	16h	4h
	6. O desenvolvimento integral na Primeira Infância: a caderneta da criança como registro	16h	2h
Carga Horária Total da EU 02: 66h			
Tempo de Crescer	7. As diversas infâncias e a necessidade de atenção: comunidades tradicionais, filhos de mães detentas, etc	16h	4h
	8. A noção biopsicossocial da criança	16h	4h
	9. A importância do investimento na primeira fase da vida	16h	4h
	10. O impacto das experiências adversas/condicionantes sociais na infância	16h	4h
	11. A parentalidade como estratégia de combate à violência	16h	4h
Carga Horária Total da UE 03: 100h			
Tempo de Brincar	12. A importância do brincar para o desenvolvimento infantil	8h	4h
Carga Horária Total da UE 04: 12h			

Tempo de Aprender	13. Educação Infantil como propulsora do desenvolvimento integral	8h	4h
	14. A intersectorialidade no cuidado à Primeira Infância	24h	6h
	15. Importância da atenção em rede: como fortalecer?	24h	6h
	16. Práticas exitosas e intersectoriais para a Primeira Infância: estudo de caso	32h	8h
Carga Horária Total da UE 05: 112h			
Metodologia da Pesquisa Científica	17. Metodologia do Trabalho Científico I	8h	5h
	18. Metodologia do Trabalho Científico II	8h	5h
Carga Horária Total da UE 06: 26 h			
Carga Horária Total do Curso: 360h		288	72

3.2 Processo Educacional:

Baseado em uma perspectiva participativa, crítica e dialógica, que reconheça os discentes como sujeitos ativos da aprendizagem. O processo deve ocorrer de forma a relacionar teoria e prática, trazendo casos concretos para o centro do debate. A formação deve ser guiada pela transformação social.

4. Metodologias e Estratégias de Ensino-Aprendizagem

A especialização busca utilizar metodologias centradas no discente, buscando a promoção de um processo de ensino aprendizagem mais ativo, significativo e contextualizado. Os métodos e estratégias poderão ser selecionados pelos docentes, de modo a ter o melhor aproveitamento da disciplina, desde que não se perca a dimensão do aluno como centro da aprendizagem. Exemplos como estudos de caso, seminários temáticos, pesquisas em grupos, entre outras ações que estejam em consonância com a prática da metodologia ativa, que enriqueça o processo ensino-aprendizagem e que possam fortalecer a participação, tendo em vista a concepção de professor-mediador e aluno no centro do processo. A estrutura do curso prevê aulas teóricas que envolvam leitura prévia e debates em sala.

5. Avaliação

Após a finalização de cada aula, com exceção da aula inaugural, o discente deverá entregar uma atividade avaliativa, que ficará a critério do docente decidir o melhor formato. Os instrumentos avaliativos devem ser construídos de forma que contribuam para a elaboração do trabalho final, contemplando leituras que possam ser utilizadas como referência neste trabalho final. Além disso, serão realizadas avaliações formativas, com base nas participações em sala. Como produto final do curso, o discente deverá desenvolver um Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, que envolva problemas públicos que atingem ou atingiram a criança, dentro do seu município, e abordar de forma intersetorial o processo resolutivo e de acolhimento.

5.1 Avaliação Formativa e Somativa

As abordagens formativas e somativas se referem ao caráter da avaliação, ou seja, ao momento e à finalidade da avaliação dos/as participantes no curso. Harlen (2005) estabeleceu a existência de duas funções essenciais na avaliação: avaliar para ajudar a aprender e avaliar para sintetizar a aprendizagem. A avaliação é formativa quando as informações colhidas apoiam a aprendizagem e o ensino, ao passo que se configura como somativa quando usada apenas para fins de registro e relatório.

A avaliação formativa é aquela que acontece durante todo o processo de ensino-aprendizagem, sendo que o *feedback* oportuno entre os sujeitos da aprendizagem possibilita a proximidade, o conhecimento mútuo e o diálogo entre docente e discente.

A avaliação formativa é entendida como uma prática de avaliação contínua que objetiva desenvolver aprendizagem, se situa no centro da formação, proporciona levantar informações úteis à regulação do processo ensino-aprendizagem, contribuindo com a efetivação da atividade de ensino (Hadji, 2001 apud Caseiro & Gebran, 2008).

A avaliação formativa visa orientar o aluno acerca da atividade, procurando localizar suas dificuldades e como poderá contribuir com sua progressão no ensino. Considera os erros como normais e característicos de um determinado nível de desenvolvimento na aprendizagem (Cardinet, 1986 apud Caseiro & Gebran, 2008).

A avaliação somativa, por outro lado, é aquela que cumpre o sentido de tornar visíveis as aprendizagens realizadas e o desenvolvimento de competência, indicando certificação no curso proposto e pretendendo, ao final de um período, dar uma visão geral do desempenho do aluno (Carvalho & Martinez, 2005). Dessa forma, a avaliação somativa é um momento específico da avaliação e deve estar condizente com os objetivos de aprendizagem estabelecidos no curso. Pode ser usada com propósitos formativos em consonância com os resultados esperados.

Entendendo, porém, que uma abordagem não suprime a outra, o ICEPi adota as avaliações somativas e formativas em seus processos educacionais. Assim sendo, a avaliação da/os discentes da pós-graduação deve ser de caráter formativo (realizada no decorrer do curso com o objetivo de verificar se eles dominam gradativamente cada etapa proposta) e somativo (quando se reconhece o alcance dos resultados esperados). Utiliza-se a medida critério-referenciada com os conceitos **satisfatório, precisa melhorar e insatisfatório**.

A cada conceito **precisa melhorar**, a(o) docente deverá, em conjunto com discente, elaborar um plano visando melhorar seu desempenho a partir das dificuldades e lacunas de aprendizado identificadas no período da avaliação.

5.2 Processos de Avaliação do Curso

Preconizada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Lei n. 10.861, 2004), a avaliação de curso é realizada pela(o)s discentes e acontece em dois momentos do curso: no quarto mês de sua oferta e no mês de sua conclusão, sendo baseada no mesmo instrumento. Os resultados obtidos sinalizam quais aspectos estão avançando conforme o que foi previsto no PPC e quais são aqueles que carecem de melhorias. Trata-se, assim, de

um subsídio para a tomada de decisões pela Gerência da Escola de Saúde Pública em conjunto com a equipe de coordenação de curso e de docentes envolvida(o)s no processo formativo em relação às ações de intervenção que podem ser tomadas para fazer os ajustes que se fizerem necessários.

5.3 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente educacional obrigatório nos cursos de pós-graduação *lato sensu* do ICEPi. Seu desenvolvimento precisa estar vinculado a uma unidade educacional e atender aos objetivos específicos do curso. A natureza principal de um TCC não é acadêmica, mas profissional, articulando a produção ou aplicação do conhecimento com as situações práticas.

O TCC deve ter caráter autoral, sob pena de enquadramento da(o) discente na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. O desenvolvimento do TCC deve, ainda, respeitar a proteção de dados pessoais, sob pena de enquadramento da(o) discente na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Considerando o disposto no Regulamento de Pós-Graduação do ICEPi, o TCC poderá ser elaborado individualmente ou em grupo, a depender de sua natureza, devendo ser redigido em língua portuguesa.

A elaboração do TCC para esta pós-graduação está alinhada diretamente aos objetivos específicos 5 e 11, os quais têm como foco principal a identificação de estratégias para viabilizar um ambiente que possa propiciar o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 anos e desenvolver habilidades para atuar de forma intersetorial. O objetivo é que seja realizada em um grupo de no máximo 3 alunos. Além disso, o modelo de TCC deve seguir o relato de experiência, produto com a descrição, de forma detalhada, de uma experiência da prática ou vivência profissional, contendo lições aprendidas, desafios enfrentados e soluções aplicadas. Não deve abranger experiências vivenciadas por sujeitos que não sejam os autores do relato. Além do relato de experiência, o TCC pode ser elaborado no modelo de artigo original, produto que contém o relato de estudo científico (revisões sistemáticas, estudos observacionais, experimentais ou quase experimentais) e que apresenta resultados

de uma pesquisa inédita, contribuindo com novas informações ou descobertas na área, a ser escolhido entre os dois modelos após conversa com a equipe de mediação pedagógica.

É necessário que este trabalho esteja vinculado ao conteúdo do curso. De modo a publicizar as produções, será realizada uma Mostra Científica para que os discentes possam apresentar seus trabalhos de conclusão de curso.

6. Infraestrutura para a realização do curso

6.1 Infraestrutura física

O Curso será presencial e as aulas serão realizadas em local previamente comunicado aos/as discentes. A comunicação entre docente e discente será realizada sobretudo via Plataforma Virtual Moodle.

6.2 Recursos materiais e tecnológicos para o desenvolvimento das atividades acadêmicas

Os recursos necessários serão: recursos audiovisuais para projeção de conteúdos, materiais didáticos previamente construídos, equipamentos tecnológicos e ambiente virtual de aprendizagem.

6.3 Recursos tecnológicos para a gestão das atividades acadêmicas

O ICEPi conta com o Sistema de Gestão Acadêmica (SGA), no qual é feita toda a gerência dos registros acadêmicos e administrativos dos processos educacionais. Estruturado para abarcar as especificidades educacionais do Instituto, o SGA permite o cadastro de diferentes perfis de formação, além da emissão de relatórios de acompanhamento pedagógico e gerencial.

A Secretaria Acadêmica é responsável por realizar o cadastro de todos os atores envolvidos no processo educacional, mediante solicitação formal da coordenação dos cursos, com o nível de acesso alinhado ao seu perfil. Os(as) usuários(as) que ficarem responsáveis pelo registro acadêmico dos discentes no SGA devem manter todos os dados atualizados.

6.4 Das atribuições docentes

O docente é responsável pelo ensino, planejamento e registro periódico do conteúdo programático, assegurando a integridade da trajetória de ensino-aprendizagem. As atividades do processo formativo no SGA ficarão a cargo da mediação pedagógica.

6.5 Das atribuições da coordenação do curso

A coordenação do curso é responsável por planejar e gerenciar as atividades específicas para o funcionamento do processo educativo, coordenando a execução da proposta pedagógica, o cumprimento do cronograma, a preparação e o alinhamento docente, buscando a viabilização da infraestrutura necessária junto aos setores responsáveis. Em conjunto com a Secretaria Acadêmica, a coordenação do curso deve monitorar periodicamente o consolidado das informações acadêmicas e pedagógicas, sinalizando a necessidade de intervenções.

6.6 Dos demais atores envolvidos no processo educativo

Além dos docentes e do coordenador, a equipe será formada por um Supervisor de Área, que deverá observar o exercício de determinada atividade, zelar pelo profissional supervisionado, avalia se o mesmo exerce bem sua atividade e atua na revisão da prática profissional, e a equipe de mediação pedagógica, que serão responsáveis por guiar e facilitar o processo de ensino-aprendizagem em comunicação constante com os docentes.

BLOCO III

1. Processo Seletivo:

A admissão será via edital público específico, publicado no site institucional, sendo realizada pela coordenação do curso, com apoio da Coordenação de Pós-Graduação. Serão ofertadas 110 vagas para gestores e técnicos dos 78 municípios do Espírito Santo que atuem com a Primeira Infância nas áreas da Saúde, Educação e Assistência Social, sendo uma vaga para os municípios de pequeno e médio porte e duas vagas ou mais para os municípios de grande porte (com 50 mil habitantes ou mais).

Referências

ALTAFIM, Elisa Rachel Pisani; LINHARES, Maria Beatriz Martins (coord.). *ACT para educar crianças em ambientes seguros*. [S. l.]: American Psychological Association, 2022.

ESPÍRITO SANTO. *Lei nº 10.964/2018*. Política Estadual Integrada pela Primeira Infância do Espírito Santo. Vitória/ES: Assembléia Legislativa do Espírito Santo, 2018.

HECKMAN, James J. Investir no desenvolvimento na primeira infância: Reduzir déficits, fortalecer a economia. In: Projeto A Equação Heckman. 2009. Disponível em <<https://heckmanequation.org/resource/investir-no-desenvolvimento-na-primeira-infancia-reduzir-deficits-fortalecer-a-economia/>>: Acesso em: 17/10/2025.

HENRIQUES, Catarina Gordiano Paes; DUTRA-THOMÉ, Luciana; ROSA, Edinete Maria. *Violência emocional intrafamiliar contra crianças e adolescentes e suas repercussões: uma revisão sistemática de literatura. Psico*, Porto Alegre, v. 53, n. 1, p. e39085, 2022

LINHARES, Maria Beatriz Martins; ALTAFIM, Elisa Rachel Pisani. Experiências adversas na infância e suas consequências para o desenvolvimento (cap.6). In.: FILHO, Naercio Menezes (org.). *Ciência da primeira infância*. Centro Brasileiro de Pesquisa Aplicada à Primeira Infância, São Paulo, 2025.

PATRÍCIO, Solange Frid; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Por um cuidado suficientemente bom na primeira infância: algumas reflexões. *Cadernos de Psicanálise*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 43, p. 265–284, dez. 2020. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952020000200015. Acesso em: 16/10/2025.

PIKLER, Emmi. *Mover-se em liberdade desde o primeiro ano de vida*. Tradução de Maria da Graça Souza Horn. Porto Alegre: Artmed, 2001.

Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo – SEDU. **Lei nº 10.382/2015-2025**: Plano Estadual de Educação. Espírito Santo: SEDU; 2015. Disponível em: https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/LEI%2010382_2015-2025%20plano%20estadual%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 23/09/2025.

Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo – SESA. *Plano Estadual de Saúde 2024-2027*. Espírito Santo: SESA; 2024. Disponível em: <https://saude.es.gov.br/Media/sesa/Planejamento/Plano%20Estadual%20de%20Saude%202024-2027.pdf>. Acesso em: 23/09/2025.

Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social – SETADES. *Plano Estadual de Assistência Social (PEAS)*. Espírito Santo: SETADES; s.d. Disponível em: https://setades.es.gov.br/Media/Seadh/PlanoEstadualAssistenciaSocial/Plano%20Estadual%20de%20Assist%C3%Aancia%20Social_PEAS.pdf. Acesso em: 23/09/2025.

Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social – SETADES. *Plano Estadual pela Primeira Infância – PEPI*. Vitória: SETADES, 2022. Disponível em: <https://setades.es.gov.br/Media/Seadh/publica%C3%A7%C3%B5es/PEPI.pdf>. Acesso em: 23/09/2025.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WALLON, Henri. *A evolução psicológica da criança*. Tradução Ana Maria Bessa. Lisboa: Edições 70, 1968.